

IV. DOMINGOS SÁVIO ALVES DE CAMPOS;

V. ADRIANA DE LOURDES MOTA SIMÕES COLARES;

§1º. Dentre os membros do GT serão escolhidos, por deliberação da maioria, 1(um) Coordenador, 1(um) Substituto e 1(um) Relator por tema específico.

§ 2º. Poderão ser convidados a participar das reuniões do grupo representantes de entidades governamentais e não-governamentais com reconhecida experiência e conhecimento de tema em debate.

§3º. Para integrar o GT é necessária a manifestação formal do interessado ao Coordenador que o submeterá à apreciação do Grupo.

§ 4º. O membro do GT será desligado por deliberação da maioria de seus membros, quando faltar injustificadamente a três reuniões consecutivas, ou cinco alternadas durante o ano.

§5º. O GT será auxiliado em suas atividades pela equipe técnica e administrativa dos Centros de Apoio Operacional.

§6º. O GT, com sede na capital do Estado, ficará diretamente vinculado aos Centros de Apoio Operacional da Cidadania e Criminal.

Art. 5º. À coordenação do GT incumbe:

I. Presidir e manter a ordem das reuniões;

II. Elaborar e comunicar previamente aos membros a pauta das reuniões, assim como os respectivos locais e horários;

III. Convocar reuniões extraordinárias, de ofício ou a pedido de qualquer dos membros permanentes do GT;

IV. Elaborar a ata das reuniões ordinárias e extraordinárias.

V. Praticar todos os atos administrativos necessários ao bom funcionamento do GT.

Art. 6º. Os casos omissos serão decididos pela deliberação da maioria dos membros do GT.

Art. 7º. O GT terá prazo indeterminado.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições ao contrário, em especial a Portaria nº 452/2008-MP/PGJ, de 14/2/2008.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 15 de fevereiro de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 742/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Promotor de Justiça PAULO IGOR BARRA NASCIMENTO, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 13/2 a 1º/3/2012, com fulcro no art. 132, inciso I, da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 24 de fevereiro de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 803/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do Processo nº 42/2010/SGJ-TA, oriundo do Ofício nº 118/2009/MP/CAO-CRIMINAL, protocolizado sob o nº 25036/2009,

R E S O L V E :

DESIGNAR o Promotor de Justiça ALDIR JORGE VIANA DA SILVA para, sem prejuízo de suas atribuições, como representante do Ministério Público, fiscalizar a execução do convênio nº 001/2012-MP/PA, entre o Ministério Público do Estado do Pará e a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE, com a intervenção da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 24 de fevereiro de 2012

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 815/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços na Promotoria de Justiça de Inhangapi,

R E S O L V E :

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Promotor de Justiça EVANDRO DE AGUIAR RIBEIRO, estabelecidas pela PORTARIA Nº 264/2012-MP/PGJ, de 31/1/2012, no período de 6/2 a 6/3/2012, a contar de 27/2/2012, para gozo oportuno.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 24 de fevereiro de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 821/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

AUTORIZAR a Promotora de Justiça SILVIA REGINA MESSIAS KLAUTAU MILÉO, gozar 30 (trinta) dias de Licença-Prêmio, referente ao triênio 1997/2000, concedidos pela Portaria nº 1783/2001-PGJ, de 23/11/2001, no período de 27/2 a 27/3/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 24 de fevereiro de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 822/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços na Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça,

R E S O L V E :

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Promotor de Justiça JOSÉ MARIA COSTA LIMA JÚNIOR, estabelecidas pela PORTARIA Nº 5477/2011-MP/PGJ, de 6/12/2011, no período de 9/1 a 7/2/2012, a contar de 16/1/2012, para gozo oportuno.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 24 de fevereiro de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 824/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

DESIGNAR como pregoeira deste Órgão, a servidora JAMYLLÉ HANNA MANSUR para atuar no Pregão Eletrônico nº 013/2012-MP/PA, de acordo com o disposto no art. 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002, e art. 5º, II, da Lei Estadual nº 6.474, de 6/8/2002, e no impedimento desta, a servidora ANDREA MARA CICCIO, devendo atuar como membro da Equipe de Apoio, para análise técnica das propostas, o servidor ANTONIO MARCOS DA SILVA FERREIRA.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 24 de fevereiro de 2012

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 825/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

DESIGNAR como pregoeira deste Órgão, a servidora JAMYLLÉ HANNA MANSUR para atuar no Pregão Eletrônico nº 014/2012-MP/PA, de acordo com o disposto no art. 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002, e art. 5º, II, da Lei Estadual nº 6.474, de 6/8/2002, e no impedimento desta, a servidora ANDREA MARA CICCIO, devendo atuar como membro da Equipe de Apoio, para análise técnica das propostas, o servidor MARCELO COELHO DO AMARAL PINHEIRO.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 24 de fevereiro de 2012

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 832/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),

R E S O L V E :

DESIGNAR o Promotor de Justiça SAMUEL FURTADO SOBRAL para exercer o 5º cargo de Promotor de Justiça de Santarém, no período de 27/2 a 31/3/2012, sem prejuízo de suas atribuições no município de Alenquer.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 27 de fevereiro de 2012

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 835/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

REVOGAR, a contar do dia 13/2/2012, a designação dos Promotores de Justiça ANTÔNIO MANOEL CARDOSO DIAS,

EDIVAR CAVALCANTE LIMA JUNIOR e JEANNE MARIA FARIAS DE OLIVEIRA para exercerem o 1º cargo de Promotor de Justiça de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e do Tribunal do Júri de Ananindeua, contida na Portaria nº 419/2012-MP/PGJ, de 6/2/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 27 de fevereiro de 2012

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 843/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a licença para tratamento de saúde do Promotor de Justiça Alexandre Manuel Lopes Rodrigues,

R E S O L V E :

DESIGNAR o Promotor de Justiça MANOEL VICTOR SERENI MURRIETA E TAVARES para, até 4/3/2012, exercer a função de Coordenador das Promotorias de Justiça de Castanhal (Região Administrativa Nordeste I), a partir de 27/2/2012, sem prejuízo de suas atribuições no município de Castanhal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 27 de fevereiro de 2012

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 848/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 7424/2012, de iniciativa da Srª. Coordenadora das Promotorias de Justiça Criminais da Capital, Drª. Márcia Beatriz Reis Souza;

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo,

R E S O L V E :

DESIGNAR a Promotora de Justiça ANDRÉA ALICE BRANCHES NAPOLEÃO para exercer o 3º cargo de Promotor de Justiça Criminal de Belém, no período de 1º a 30/3/2012, em virtude das férias da Promotora de Justiça MÔNICA REI MOREIRA FREIRE.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 28 de fevereiro de 2012

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 849/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 7424/2012, de iniciativa da Srª. Coordenadora das Promotorias de Justiça Criminais da Capital, Drª. Márcia Beatriz Reis Souza;

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo,

R E S O L V E :

DESIGNAR os Promotores de Justiça ANDRÉA ALICE BRANCHES NAPOLEÃO e MÁRIO SAMPAIO NETTO CHERMONT para exercerem o 14º cargo de Promotor de Justiça Criminal de Belém, em atuação conjunta, no período de 1º a 30/3/2012, sem prejuízo de suas atribuições no município de Belém, em virtude das férias do Promotor de Justiça WALCY CEZAR DA SILVA RIBEIRO.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 28 de fevereiro de 2012

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 850/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo,